

Os Jogos Olímpicos e as vulnerabilidades do sucesso chinês

Miguel Santos Neves ■ IEEI

A emergência da China como potência global, alicerçada num crescimento económico robusto, numa forte integração na economia global e na crescente influência política e estratégica, constitui uma das mudanças estruturais mais significativas no sistema internacional. A realização dos Jogos Olímpicos de Pequim sempre foi encarada pelo regime chinês como um momento simbólico de consagração internacional do seu novo estatuto de potência global e da plena integração da China como membro pleno, igual, responsável e influente da comunidade internacional. Nesta perspectiva, o regime chinês definiu um conjunto de objectivos ambiciosos e assumiu uma série de compromissos explicitados em parte no Plano de Acção¹ «Green Olympics, High-Tech Olympics and People's Olympics». Na véspera da abertura dos Jogos Olímpicos impõe-se uma reflexão sobre este processo, na medida em que ele espelha de forma clara os paradoxos com que o país se debate actualmente: uma China poderosa, com um crescimento económico vigoroso e com um impacto global crescente, mas que se debate simultaneamente com crescentes problemas estruturais e vulnerabilidades que põem em causa a sustentabilidade do modelo. Os Jogos Olímpicos, para além da vertente desportiva, têm uma dimensão política clara e uma relevância fundamental para o debate sobre o paradigma de desenvolvimento da China e do seu papel enquanto potência global.

A China e o seu impacto global

O impacto da China sobre o sistema global faz-se sentir a diversos níveis; não se restringe ao plano económico, porventura o de maior visibilidade, abrangendo igualmente os domínios político, ambiental e da segurança internacional. O impacto sobre a economia global tem sido crescente através de quatro principais canais de transmissão:

(i) crescimento regular das exportações chinesas, ao ponto de ser, em 2007, o segundo maior exportador mundial de bens (1.218 mil milhões de dólares), essencialmente produtos manufacturados, originando uma intensificação da concorrência internacional e ganhos de quotas de mercado em detrimento quer de países desenvolvidos, em especial os EUA e o Japão, quer de países em vias de desenvolvimento especializados nos mesmos sectores, tendo ao mesmo tempo contribuído para reduzir as pressões inflacionistas;

(ii) o crescimento das importações, com a China a ser, em 2007, o terceiro maior importador mundial, com um valor global de importações de 956 mil milhões de dólares, em especial de máquinas, energia e matérias-primas, com benefícios para os países com padrões de especialização que correspondem às necessidades chinesas;

¹ Beijing Olympics Action Plan

(iii) a acumulação das maiores reservas cambiais do mundo, que atingiram em Abril de 2008 o montante de 1,756 mil milhões de dólares, equivalente a 23% do total das reservas cambiais mundiais², com efeitos sobre a liquidez mundial, as taxas de câmbio, as taxas de juro e os preços dos activos;

(iv) o aumento do consumo de matérias-primas e energia, que se traduz na pressão da procura chinesa nos mercados internacionais; a China é o terceiro maior importador mundial de petróleo (3,4 milhões de barris por dia³), contribuindo para o aumento dos preços internacionais.

O impacto é também significativo ao nível ambiental, em particular no que respeita ao aquecimento global. A China é já o segundo maior emissor mundial de CO2 com 5,3 mil milhões de toneladas métricas em 2006, o que representava cerca de 18,7% do total mundial (logo a seguir aos EUA), e mais de 50% das emissões regionais na Ásia. Acresce que a manter-se a actual tendência de crescimento, a China poderá tornar-se no primeiro emissor a partir de 2015, ultrapassando os Estados Unidos, já que é o país com maior taxa de crescimento das emissões estimada até 2030⁴. O aumento das emissões de CO2 tem sido muito significativo nos últimos anos e, em boa medida, tem anulado os efeitos positivos das reduções de emissões que têm vindo a ser realizadas pelos países do anexo I do Protocolo de Quioto. Outra questão decisiva relaciona-se com a água, tendo em conta os problemas graves de escassez e de baixa qualidade de água com que a China se debate e que estão na origem dos planos de utilização e desvio de águas de alguns rios internacionais com origem no planalto do Tibete, designadamente do Bramaputra e do Mekong, com significativas implicações

² Em Maio de 2008, o segundo país com maiores reservas era o Japão, com 997 mil milhões de dólares, seguindo-se a Rússia, com 548 mil milhões e a Índia, com 316 mil milhões de dólares. Para além das reservas da República Popular da China há ainda que considerar que Taiwan tinha um total de reservas de 287 mil milhões e Hong Kong detinha 161 mil milhões de dólares.

³ A China é actualmente o 2º maior consumidor mundial de petróleo com 7,2 milhões de barris por dia sendo também o 5º maior produtor com 3,8 milhões de barris/dia. O deficit é coberto pelas importações que representam quase 50% do consumo-cfr. .

⁴ Agência Internacional de Energia, World Energy Outlook, 2007.

para a Índia, o Bangladesh e diversos outros países do Sudeste Asiático – o que agudiza tensões e aumenta o risco de potenciais conflitos na utilização das águas de rios internacionais entre a China e os seus vizinhos, em especial a Índia.

Ao nível político e diplomático, a crescente influência do «Beijing consensus» e do modelo chinês junto dos países em desenvolvimento (PED), o aumento do poder económico e do investimento directo chinês e da influência cultural têm contribuído para a projecção do *soft power* da China. Tal influência tem-se traduzido também no apoio de Pequim a regimes autoritários, associados a graves problemas de violação dos Direitos Humanos – casos do Sudão e de Myanmar –, com um impacto negativo global em termos da consolidação dos processos de democratização e da protecção dos Direitos Humanos.

Ao nível da segurança internacional, a China tem sido um produtor de segurança, sobretudo desde finais dos anos 90, adoptando uma posição de «potência responsável» com uma postura construtiva em termos de não-proliferação de armas de destruição maciça, promovendo e estimulando a cooperação regional na área da segurança não-tradicional, designadamente no combate ao terrorismo, ao crime organizado e ao tráfico de droga e pessoas, e dando um contributo significativo para as operações de manutenção de paz da ONU.

A dinâmica do crescimento económico chinês

A economia chinesa registou, nos últimos 25 anos, elevadas taxas de crescimento económico, com uma taxa média de 9,4% ao ano, entre 1978-2004. Este crescimento regista, porém, algumas flutuações: mais intenso nos períodos 1980-85 e 1990-97, desacelerando entre 1985-90 e 1997-2000, para voltar a acelerar a partir de 2000. No período 2000-2007 a economia chinesa cresceu a uma taxa média de 9,8% ao ano tendo-se registado uma aceleração do crescimento de 8,4% em 2000 para 10% em 2003 e 11,4% em 2007⁵.

⁵ World Bank 2008, *China Quarterly Update*, February 2008, World Bank Office, Beijing.

As projecções mais recentes apontam para uma pequena desaceleração do crescimento, que deverá registar 9,3% em 2008 e 9,5% em 2009⁶. Fruto deste crescimento vigoroso, a China foi, em 2007, a quarta maior economia do mundo em termos de PIB nominal, com 3.250 mil milhões de dólares, a seguir às economias dos EUA, do Japão e da Alemanha, mas à frente do Reino Unido e da França. Em termos de PIB calculado segundo a paridade poder de compra (PPP) é já a segunda maior economia (6.991 mil milhões de dólares), a seguir aos EUA, correspondendo a metade da dimensão da economia americana⁷.

Esta performance económica tem estado essencialmente associada a um processo de crescimento extensivo, que resulta do aumento da quantidade de factores de produção utilizados e não tanto de uma maior eficiência na sua utilização, pelo que os ganhos reais de produtividade têm tido, sobretudo desde meados dos anos 90, um papel marginal na explicação do crescimento chinês. Os pilares fundamentais do crescimento têm sido o investimento e as exportações, com menor relevância para o consumo doméstico. As taxas de investimento atingiram níveis médios muito elevados, de 40% do PIB nos anos 90, e registaram um aumento a partir de 2000, atingindo mais recentemente 45% do PIB, apoiadas em taxas de poupança excepcionalmente elevadas e robustas, com uma média de 40% na década de 90 e, actualmente, com cerca de 50% do PIB⁸, e numa política monetária expansionista. O investimento tem-se concentrado em três áreas fundamentais: infra-estruturas; construção e imobiliário; e indústria, com particular destaque para os sectores do alumínio, aço, automóveis e cimento. A rápida expansão do investimento e a ausência de um papel disciplinador por parte do sistema financeiro gerou fenómenos de sobreinvestimento em alguns sectores e problemas de excesso de capacidade produtiva, incluindo no sector têxtil, o que levanta problemas futuros de sustentabilidade.

Relativamente às exportações, estas têm crescido a taxas próximas de 30% anuais nos

últimos anos. Em 2004 cresceram 35%, atingindo o valor global de 593,3 mil milhões de dólares, o que representava cerca de 6,5% das exportações mundiais e tornava a China no terceiro maior exportador mundial de bens e serviços, logo a seguir à Alemanha e aos EUA e à frente do Japão⁹. Em 2007, as exportações chinesas aumentaram a uma taxa de 28% tendo duplicado relativamente a 2004; atingiram o valor global de 1.218 mil milhões de dólares (8,8% do total mundial) o que torna a China o segundo maior exportador mundial, a seguir à Alemanha, ultrapassando os Estados Unidos¹⁰. Importa referir que as exportações de Hong Kong, que representam, em 2007, 350 mil milhões de dólares (2,5% das exportações mundiais) são contabilizadas autonomamente – se forem consideradas em conjunto, a China é já o maior exportador mundial.

Importa sublinhar três factores relevantes para compreender o dinamismo exportador chinês:

(i) o peso significativo das operações de re-exportação, o que explica que a China seja também um grande importador, sendo que parte do processo envolve a importação de bens quase finais a que se adiciona um valor acrescentado local, por vezes marginal, sendo o bem re-exportado;

(ii) o papel fundamental das empresas estrangeiras, responsáveis por cerca de 60% do total de exportações chinesas, pelo que o sucesso exportador da China está fortemente dependente da acção e das ligações dos investidores estrangeiros, e não tanto das empresas chinesas, com a economia mundial¹¹;

(iii) o papel essencial desempenhado pelas redes informais das comunidades de negócios de Overseas Chinese espalhadas pelo mundo, as quais funcionam como facilitadores e verdadeiras portas de entrada das exportações chinesas, para além de agentes e angariadores de IDE para a China, e que conferem à China um instrumento sem paralelo de reforço da sua posição na economia global¹².

⁶ Fundo Monetário Internacional, *World Economic Outlook 2008*. O Asian Development Bank prevê um crescimento económico de 10% para 2008 enquanto o Banco Mundial prevê um crescimento ligeiramente inferior, inicialmente de 9,6% mas revisado recentemente para 9,8%.

⁷ IMF, *World Economic Outlook Database*, April 2008.

⁸ FMI, *World Economic Outlook*, Setembro 2005 (box 2.1, pgs. 96-97)

⁹ World Trade Organisation, *International Trade Statistics*, 2005, table I.5.

¹⁰ WTO, 2008, *Trade statistics*, Press releases Press/520/Rev.1

¹¹ Michael Enright, «Rethinking China's competitiveness», *Far Eastern Economic Review*, vol 168, nº9, October 2005, pp.16-20.

¹² Miguel Neves e Annette Bongardt, 2005, *A Comunidade Empresarial Chinesa em Portugal: Estratégia de negócio e internacionalização*, Universidade de Aveiro, Working Paper Gestão DEGEI G/nº 11/2005.

Mas a China é também o terceiro maior importador mundial a seguir aos EUA e à Alemanha; em 2004, as importações chinesas totalizaram 561,2 mil milhões de dólares, o que representava 5,9% do total mundial, crescendo para os 660 mil milhões de dólares, em 2005, e acelerando novamente nos anos seguintes para atingir em 2007 o valor de 956 mil milhões, representando 6,7% do total mundial.

Em consequência, a China tem apresentado superávites comerciais crescentes, que em 2007 chegaram aos 262 mil milhões de dólares, um valor duas vezes e meia superior aos 102 mil milhões registados em 2005.

A sustentabilidade do modelo de crescimento chinês tem sido questionada com base no argumento de que não tem uma base alargada e equilibrada – pelo contrário, o crescimento tem sido assimétrico, quer do ponto de vista sectorial quer regional. No plano sectorial, o crescimento é sobretudo concentrado no sector secundário, em especial na indústria, sendo visível um contributo decrescente e uma desaceleração significativa do crescimento no sector agrícola desde meados dos anos 80, com taxas inferiores a 3% no período 1998-2003, e nos serviços. No plano regional, o crescimento económico é essencialmente explicado pelo dinamismo de 9 províncias costeiras, responsáveis por cerca de 70% do PIB, e assente no papel de locomotiva desempenhado pelos três grandes triângulos de crescimento chinês: o triângulo do Sul da China (sul de Guangdong, Hong Kong, Macau e ligações a Taiwan); o Yangtze River Delta (focalizado em Shangai e envolvendo parte das províncias de Zhejiang e Jiangsu); e o Bohai Rim Region (envolvendo Beijing e Tianjin e partes das províncias de Liaoning e Hebei)¹³. Existem, contudo, outros pontos de vulnerabilidade estrutural que tornam mais complexos os desafios que a China tem de enfrentar a curto e médio prazo.

As vulnerabilidades do sucesso

O processo de emergência da China, apesar do sucesso, tem também diversos pontos de vulnerabilidade aos níveis económico,

social, ambiental e político que podem constituir factores potenciais de estrangulamento.

No plano económico, o factor de vulnerabilidade mais significativo é a fragilidade do sistema financeiro e o risco de falência de vários bancos públicos chineses, cuja viabilidade está ameaçada por elevados rácios de crédito mal parado – estimado, em 2002, em cerca de 43% do PIB¹⁴ – resultante da concessão de crédito com base em critérios políticos e não económicos a um conjunto de grandes empresas estatais chinesas em situação de falência técnica. O governo chinês tem usado o sistema bancário para conceder crédito com baixas taxas de juro às empresas estatais, que absorvem actualmente cerca de 50% do total de crédito concedido. Esta situação produz um efeito negativo de *crowding out* do sector privado, dificultando o financiamento de projectos de investimento de maior qualidade e relevância para o crescimento económico futuro. Por outro lado, os problemas associados ao sobreinvestimento e ao excesso de capacidade produtiva, como é o caso do têxtil e vestuário, que origina uma forte concorrência e o esmagamento das margens de lucro, tendem a agravar o problema do crédito mal parado no futuro. Em segundo lugar surgem os problemas ambientais. O padrão de crescimento económico tem causado crescentes desequilíbrios ambientais, que geram custos económicos e sociais muito significativos – o Banco Mundial estima que a degradação ambiental represente, só em custos directos (saúde, destruição de recursos e culturas, catástrofes), entre 8 a 12% do PIB chinês¹⁵ e o próprio governo estima que os custos da poluição sejam cerca de 10% do PIB¹⁶. A extensão do problema é alarmante. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, sete das dez cidades mais poluídas do mundo são chinesas. No mesmo sentido, os estudos do governo chinês confirmam que 113 cidades são consideradas fortemente poluídas, apresentando riscos para a saúde humana, surgindo no topo da lista Linfen, Yangquan e Datong localizadas na província de Shanxi¹⁷ com níveis de poluição do ar insustentáveis.

¹⁴ Ernst & Young Asia Pacific Financial Solutions, *Nonperforming Loan Report*, Asia, 2002.

¹⁵ Cfr. «A Great Wall of Waste» in *The Economist*, 19.8.2004

¹⁶ State Environmental Protection Agency, *Environmental Protection in China 1996-2005*

¹⁷ Dados revelados pela SEPA (State Environment Protection Administration) em 2004, *China Daily*, 15.7.2004.

¹³ Jon Sigurdson, *Regional Innovation Systems in China*, Working Paper nº 195, EIJIS, Stockholm School of Economics, July 2004.

Não existem perspectivas animadoras de que seja possível inverter esta tendência a curto ou médio prazo, tendo em conta três aspectos estruturais que não podem ser facilmente alterados: (i) os sectores motor do crescimento económico chinês são sectores industriais, alguns de indústria pesada, com uma elevada intensidade energética e com muito baixa eficiência energética; (ii) o mix-energético da China é altamente desfavorável e tende a aumentar as emissões de CO₂ já que 90% está dependente de combustíveis fósseis – carvão, 65%, petróleo, 25%, hidroelétrica, 7% e gás natural, 3%; apesar dos novos investimentos em energias renováveis, este quadro não sofrerá uma alteração substancial nos próximos anos, pelo que será prioritário investir fortemente na melhoria da eficiência energética; (iii) o aumento descontrolado do número de automóveis, sendo a China já o segundo maior mercado mundial do sector, podendo atingir 100 milhões de veículos em 2015, em consequência do efeito conjugado entre preços de automóveis relativamente acessíveis e o baixo custo da gasolina – um dos mais baixos do mundo, em virtude da política estatal de subsídios.

O défice potencial de água potável é o segundo problema mais complexo. Por um lado, os recursos hídricos *per capita* são dos mais baixos do mundo e encontram-se concentrados no Sul e, por outro, o nível de contaminação dos aquíferos tem aumentado já que somente 20% dos esgotos são devidamente tratados. A questão da qualidade da água e garantia do seu abastecimento é das situações mais graves face ao elevado nível de contaminação dos rios, em especial o Yangtze e o Amarelo, o que leva a uma forte dependência da utilização das reservas de água do Tibete.

Em terceiro lugar, as crescentes assimetrias na distribuição do rendimento, quer regionais quer pessoais, constituem uma fonte de problemas políticos e de enfraquecimento da legitimidade do Partido Comunista Chinês, na exacta medida em que minam a coesão social, numa sociedade cuja tolerância à desigualdade é limitada. As desigualdades de distribuição do rendimento, medidas pelo coeficiente de Gini, aumentaram significativamente nas últimas duas décadas: de 0.33 em 1980, no início das reformas, para 0.48-0.50, em

2007, ultrapassando o nível crítico de 0.40. Os 10% mais ricos da população detêm 45% do rendimento, enquanto os 10% mais pobres apenas 1,4%.¹⁸. Existem dois vectores distintos associados ao reforço das desigualdades, litoral-interior e rural-urbano, embora o segundo seja o dominante.

Os grupos de rendimentos mais elevados concentram-se nas zonas costeiras que, com apenas 23% da população, representam mais de 70% do PIB chinês. De acordo com as estatísticas oficiais, em 2003 a diferença do rendimento médio *per capita* entre a região mais rica da China, Shangai, com 5.600 dólares, para a região mais pobre, Guizhou, com 400 dólares, é de 1 para 14. Das dez regiões com rendimento *per capita* mais elevado, 9 são regiões costeiras, surgindo a seguir a Shangai as regiões de Beijing, Tianjin, Zhejiang, Guangdong e Giansu. As províncias da região central ocupam a posição intermédia e as províncias da região ocidental situam-se na cauda (7 das 10 províncias mais pobres). A concentração de investimentos públicos na zona litoral, o maior grau de ligação das zonas costeiras à economia global e o regime de descentralização do sistema fiscal têm sido apontadas como causas fundamentais do aumento das assimetrias.

A estagnação dos rendimentos dos agricultores nos últimos anos e as migrações urbanas têm contribuído para um aumento do fosso entre os rendimentos das zonas rurais e das zonas urbanas: o rendimento médio urbano é cerca do triplo do rendimento rural e se for incluído o acesso a serviços sociais básicos o *gap* aumenta de 1 para 6. O crescimento de insatisfação nas zonas rurais, onde ainda vivem quase dois terços da população, constitui um motivo de preocupação, sobretudo na medida em que o regime, historicamente, sempre viu o apoio das populações rurais como decisivo para a sua sobrevivência. Daí que seja dada absoluta prioridade ao aumento dos rendimentos rurais e ao desenvolvimento dos serviços sociais e extensão do sistema de segurança social às zonas rurais.

¹⁸ As Nações Unidas estimam o coeficiente de Gini em 0.47 em 2007, *UNDP Human Development Report, 2007-2008*. Também o China National Bureau of Statistics, *China Daily*, (19.6.2005) e o State Development and Reform Commission confirmam esta tendência..

Em quarto lugar, o aumento do desemprego, associado à incapacidade para criar mais emprego, é um dos pontos de vulnerabilidade mais significativos, dadas as suas implicações sociais e políticas. A evolução da economia chinesa tem sido caracterizada por um paradoxo fundamental: crescimento económico vigoroso com aumento do desemprego. As taxas oficiais de desemprego, que apenas cobrem o desemprego urbano, têm vindo a aumentar, atingindo 4,3% em 2003. Contudo, estas taxas não incluem os migrantes de zonas rurais para as cidades não-registados nem os desempregados nas zonas rurais. Estimativas independentes apontam para uma taxa real de desemprego urbano mais elevada, próxima dos 11%¹⁹, e para uma taxa global, incluindo o desemprego oculto, muito significativo no sector agrícola, que poderia ser próxima dos 20%²⁰.

Existe um problema estrutural que tende a agravar as perspectivas futuras, uma vez que o crescimento económico, apesar de vigoroso, não se tem revelado como solução suficiente para criar o emprego que as pressões sobre o mercado de trabalho chinês requerem: apesar do crescimento económico ter acelerado, de uma média anual de 9,3% na década de 80 para 10,1% nos anos 90, a taxa de crescimento de emprego caiu dos 4,2% anuais, na década de 80, para apenas 1,1%, na década de 90. Por outras palavras, a elasticidade emprego-*output* diminuiu: nos anos 80, 1% de crescimento do PIB traduzia-se na criação de 2,4 milhões de empregos; desde final dos anos 90 gera a criação de apenas 700 mil empregos – ou seja, três vezes menos²¹.

Em quinto lugar, fragilidades ao nível da *governance* relacionados com: (i) elevados níveis de corrupção; (ii) excessiva descentralização do poder de decisão para os governos provinciais e locais, com problemas de fragmentação e obstáculos à implementação das reformas, favorecendo o proteccionismo local e acções arbitrárias

dos governos locais que em algumas áreas não põem em vigor a legislação nacional; (iii) fragilidade do sistema legal, que se traduz na reduzida efectividade das leis e na falta de independência dos tribunais. Exemplo paradigmático dos efeitos perversos da inexistência de um sistema legal consolidado é a expropriação ilegal das terras agrícolas e dos direitos dos camponeses (ainda agravado pelo não pagamento de indemnizações justas) pelos governos locais para projectos industriais e de IDE estrangeiro, o que constitui, a par dos atentados ambientais, uma das causas fundamentais das crescentes manifestações de protesto de rua que têm proliferado por toda a China. O impasse no processo de reformas políticas e o défice de democratização continuam a impedir a existência de canais institucionais de expressão da discordância e discussão de soluções alternativas para os problemas estruturais, bem como de gestão dos conflitos fundamentais na sociedade, gerando antes uma acumulação de tensões que canaliza os cidadãos para os protestos de rua.

Com efeito, não obstante os elevados níveis de crescimento económico, existe, de forma paradoxal, um ambiente de crescente tensão social e de descontentamento, alimentado por aqueles que menos têm beneficiado do processo, o que tem levado o regime a adoptar medidas de controlo mais significativas e a recuar na via da liberalização política. As fontes de instabilidade social envolvem diferentes grupos: os agricultores, cujos rendimentos reais se têm reduzido e se defrontam com uma crescente corrupção das elites locais, não tendo o processo de eleições dos comités de aldeia sido suficiente para reduzir as tensões; os trabalhadores industriais desempregados dos grandes centros urbanos, em resultado do encerramento das empresas estatais e que não têm acesso a um regime de pensões e à segurança social; grupos religiosos do tipo Falun Gong; e militares desmobilizados (cerca de 20 milhões) que não têm encontrado oportunidades de emprego²².

¹⁹ Estudo promovido pela Universidade de Michigan e pela Chinese Academy of Social Sciences, John Giles, Albert Park e Juwei Zhang, *What is China True Unemployment Rate*, Outubro 2004 (mimeo).

²⁰ Charles Wolf, «China's Rising Unemployment challenge», in *Asian Wall Street Journal*, 7.7.2004 e estimativas da Rand Corporation.

²¹ Sam Ng, «China's paradox: growth and unemployment», *Asia Times online*, 17.10.2003.

²² John W. Lewis e Xue Litai, «Social Change and political reform in China : meeting the challenge of success» in *The China Quarterly*, nº 176, December 2003, pp. 926-942.

A agitação social tem sido recentemente estimulada pelo aumento significativo da inflação, com níveis próximos dos 9%, liderado pelos preços dos produtos alimentares que, entre Abril de 2007 e Abril de 2008, aumentaram 22%, reflectindo quer o efeito normal do sobreaquecimento da economia quer o aumento dos preços internacionais de matérias-primas e energia. Tal penaliza de forma mais significativa os mais pobres e aqueles que menos têm beneficiado do crescimento económico, apesar do efeito potencial positivo relativamente ao aumento dos rendimentos dos agricultores.

Do outro lado existem também os ganhadores, a nova classe média emergente, estimada em cerca de 150 milhões de pessoas, a maioria concentrada nas zonas urbanas das províncias costeiras, que tem absorvido uma parte significativa dos benefícios do crescimento económico, e cujos interesses têm sido acautelados pelo regime através de um aumento significativo dos salários reais como estratégia para garantir o seu apoio e o não envolvimento em movimentos de contestação. Em consequência, esta classe média não tem uma agenda de mudança ou democratização mas antes uma estratégia conservadora de preservação do *status quo* constituindo uma importante base de apoio do regime²³, factor essencial para se perceber porque razão as crescentes tensões sociais não têm gerado um movimento organizado de pressão para reformas políticas.

O regime chinês está plenamente consciente dos riscos associados a estes pontos de vulnerabilidade pelo que lançou, em 2004, a nova estratégia da «Sociedade Harmoniosa» a ser implementada até 2020, traduzida em termos operacionais no 11º Plano Quinquenal em vigor para o período 2006-2010. Aqui se reconhece a necessidade de corrigir os efeitos laterais negativos em termos da sustentabilidade e equidade do actual modelo do crescimento económico. O objectivo definido é de um desenvolvimento mais «abrangente, harmonioso e sustentável», o que implica crescimento vigoroso mas segundo um padrão diferente, que seja menos intensivo

em termos de energia, recursos e capital, mais assente no conhecimento e na inovação, e mais equitativo²⁴, sendo definidos dois objectivos quantitativos: a duplicação do PIB *per capita* de 2000 em 2010 e a redução em 20% da intensidade energética da economia; e dois objectivos qualitativos centrais: a construção do novo «espaço rural socialista», que pretende aumentar a produtividade agrícola e gerar um aumento dos rendimentos rurais bem como das despesas sociais em educação e saúde de modo a aumentar o nível de vida rural, e a aposta na inovação tecnológica endógena e no reforço do peso das despesas de I&D no PIB. Estamos, pois, numa fase de mudança de paradigma

Os Jogos Olímpicos: objectivos estratégicos fundamentais

Com a organização dos Jogos Olímpicos a China pretendeu atingir um conjunto de objectivos de diversa ordem, tanto no plano interno como externo. No plano externo, os Jogos sempre foram encarados como um momento simbólico de consagração da China como membro de pleno direito da comunidade internacional e do seu novo estatuto de potência global, responsável, aberta ao mundo. Em suma, um país sofisticado, confiante e pacífico. Por outro lado, os Jogos são eles próprios um factor de projecção do *soft power* chinês, com a utilização dos seus instrumentos económicos, culturais e ideológicos. Não é pois surpreendente que tenham sido encarados como um momento privilegiado da projecção e promoção internacional da cultura milenar chinesa e de reforço da sua crescente influência internacional, o que se reflectirá não só na cerimónia de abertura mas também no vasto programa cultural associado ao evento.

Nesta perspectiva, os Jogos visam contribuir para os objectivos da opção estratégica fundamental de política externa, traduzida na nova «diplomacia de segurança» desenvolvida por Pequim desde a crise asiática de 1997-98, e reforçada em consequência da entrada na OMC, do 11 de Setembro e da ascensão da quarta geração de líderes.

²³ Jonathan Unger, «China's Conservative Middle Class», in *Far Eastern Economic Review*, vol 169, nº3, April 2006, pp.27-31.

²⁴ Comunicado da 5ª Sessão Plenária do 16º Comité Central do PCC, 11 Outubro 2005.

Assim, pretende-se que a China contribua para um ambiente internacional estável, em especial no contexto regional, que permita ao país concentrar a sua atenção e esforços nos desafios económicos, políticos e sociais internos; tranquilizar os países vizinhos na periferia sobre as intenções pacíficas da China, realçando que a sua ascensão não é fonte de ameaças; limitar e contrabalançar a influência excessiva dos EUA na região através do reforço do *soft power* da China.

Ao nível interno, a realização dos Jogos tem objectivos políticos claros de reforço da legitimidade do regime e de consolidação da unidade nacional enquanto projecto mobilizador para o país no seu conjunto. Também no plano económico, para além do contributo para o crescimento económico chinês através de um investimento directo muito significativo, que deverá ter atingido cerca de 18 mil milhões de dólares, com efeitos sobretudo em Pequim e na região do Bohai Rim (logo, acentuando as assimetrias regionais), o regime tinha duas preocupações centrais que pretendiam responder a vulnerabilidades específicas. Em primeiro lugar, a criação de novos empregos, contribuindo para atenuar os riscos de crescente desemprego – as estimativas apontam para a criação de 2 milhões de novos empregos directos. Em segundo lugar, a diversificação da estrutura económica, corrigindo o excessivo peso do sector industrial e a debilidade do sector dos serviços, encarando os Jogos como uma oportunidade para promover o desenvolvimento dos serviços, em especial os serviços financeiros e o turismo. São esperados cerca de 500.000 turistas estrangeiros e mais de 1,5 milhões de visitantes chineses em Pequim – isto apesar de a experiência internacional demonstrar que na altura destes grandes eventos os fluxos turísticos não aumentam, pelo contrário, diminuem. Os Jogos foram assim identificados como um momento de viragem para, através do lançamento da imagem da China no mercado global como destino turístico, iniciar uma nova fase de consolidação do turismo como sector de relevo na economia chinesa, tanto mais que se trata de um sector trabalho-intensivo.

Contudo, o objectivo interno estratégico mais relevante relacionava-se com a transformação de Pequim num «laboratório

experimental» de implementação do novo modelo de desenvolvimento, mais sustentável, seguindo a estratégia da «sociedade harmoniosa», que permitisse testar um conjunto de novas soluções em termos ambientais, energéticos, tecnológicos (telecomunicações e tecnologias de informação) e de planeamento urbanístico que pudessem ser posteriormente disseminadas para o resto do país. A ideia de uma nova «Pequim Verde, *High-tech* e Digital», com menores assimetrias sociais e padrões mais elevados de qualidade de vida, que marcasse e comprovasse a entrada da China na era da sociedade/economia do conhecimento, constituía a motivação essencial do regime chinês. Os Jogos Olímpicos foram assim transformados pelo regime num teste à sua capacidade para resolver os pontos de vulnerabilidade e os estrangulamentos do processo de modernização chinês. Estão, por essa razão, no centro do debate sobre a mudança de paradigma do desenvolvimento da China, fundamental não apenas para o próprio país mas também para o mundo, tendo em conta quer o seu impacto global quer o efeito de demonstração que tem exercido.

Sucessos e insucessos na véspera dos Jogos

A dimensão de laboratório experimental do novo paradigma do desenvolvimento sustentável é claramente a mais relevante para o futuro da China. Servirá de teste à sua capacidade para enfrentar os múltiplos e exigentes desafios com que se confronta. Ora uma parte dos objectivos marcantes associados ao novo paradigma estão parcialmente comprometidos. Ao nível ambiental e dos objectivos do «Green Olympics», a China continuou a aumentar significativamente as suas emissões de CO₂ nos últimos 7 anos, pelo que não conseguiu atingir os objectivos propostos de melhoria significativa da qualidade do ar em Pequim – com 142 microgramas de CO₂/m³ é uma das cidades mais poluídas do mundo.

Apesar das medidas excepcionais adoptadas e de alguma redução conseguida (encerramento de fábricas mais poluentes, restrições drásticas à circulação automóvel), Pequim mantém actualmente níveis de poluição elevados, três vezes superiores aos valores considerados seguros para a saúde humana pela OMS quando o objectivo fixado foi o de atingir os *standards* da OMS, o que cria riscos para a

saúde dos atletas e pode vir a comprometer Objectivos como a maior utilização de energias renováveis e medidas de poupança energética, a utilização de combustível limpo (gás natural) por 90% dos autocarros e 70% dos táxis de Pequim ou a criação de 12.500 ha de áreas verdes na cidade ficaram longe de serem realizados. O problema de Pequim, cuja qualidade do ar depende em grande medida das condições atmosféricas e da evolução das emissões regionais geradas nas províncias vizinhas, apenas reflecte o agravamento dos problemas ambientais na China e a sua incapacidade de atingir os *standards* internacionais, em parte como resultado de problemas de governação, associados ao modelo de articulação entre o governo central e os governos locais e à dificuldade de Pequim em disciplinar a excessiva autonomia local e incumprimento local das normas ambientais.

Outra questão em que não foram integralmente atingidos os objectivos relaciona-se com a melhoria da qualidade da água e a protecção das reservas subterrâneas na zona de Pequim, assegurando o tratamento adequado de esgotos e de lixos, bem como a garantia de melhoria da qualidade da água dos reservatórios de Miyun e Guanting. Contudo, registaram-se progressos significativos e foram cumpridas algumas metas, designadamente em termos de tratamento de esgotos, tendo sido atingida a meta dos 90% fruto de um forte investimento que viabilizou a existência de 8 centrais de tratamento (Gaobei Dian é a maior, tendo a seu cargo o tratamento de cerca de 40% dos esgotos de Pequim), e de poupança e reciclagem de água.

No plano do «High-Tech Olympics» envolvendo altas tecnologias e a capacidade de inovação, o objectivo definido era extremamente ambicioso: a criação de uma «Pequim Digital», uma cidade inteligente que tira partido das tecnologias mais avançadas ao nível da informação, da inteligência artificial, das tecnologias ambientais etc. A este nível, ainda é prematuro tirar conclusões sobre os resultados mas poderão, eventualmente, ficar aquém das expectativas criadas. As tecnologias não existem no vazio mas sim num determinado contexto institucional e social, e a sua adopção não significa necessariamente um reforço sistémico da

algumas provas de fundo do atletismo. capacidade de inovação, que depende de processos mais complexos e envolve a criação de redes de conhecimento capazes de produzir e difundir o conhecimento tácito.

Os direitos humanos constituem uma outra área crítica em que os compromissos inicialmente assumidos pela China no sentido de melhoria da situação interna e aproximação dos *standards* internacionais não foram cumpridos. A recente resposta da China à crise no Tibete, a posição internacional de protecção de regimes como o Sudão e Myanmar, bem como algumas medidas adoptadas pelas autoridades chinesas na fase preparatória, como o endurecimento das medidas contra os críticos, o reforço do controlo da informação e dos *media* e as operações de limpeza de Pequim e de transferência forçada de milhares de habitantes, contribuíram para acentuar uma imagem negativa, num contexto em que a China mantém a sua posição de não ratificação do Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos.

Na questão específica do Tibete, a tensão criada acabou por revelar-se positiva na medida em que levou a China a reatar as conversações formais com os representantes do Dalai Lama, em início de Julho, não estando colocada de lado a hipótese de vir a ter lugar um encontro entre o Dalai Lama e Hu Jintao, eventualmente no final do ano – se aquele corresponder às exigências dos 4 «not-to-supports» e não perturbar aos Jogos – o que demonstra alguma flexibilidade e pragmatismo do lado chinês. O risco de maiores embaraços para o governo durante a realização dos Jogos são elevados, mas muito depende da forma como este responder às manifestações que irão decorrer em Pequim e à contenção que demonstrar no tratamento de situações de tensão. A mistura entre grupos de potenciais manifestantes, que poderão envolver minorias étnicas ou membros do Falun Gong, desejosos de captar a atenção internacional e utilizar o palco que os Jogos lhes oferecem, e o nacionalismo de cidadãos chineses que já reagiram de forma violenta a alguns episódios da tocha olímpica acusando os países estrangeiros de tentativa de boicote, pode revelar-se problemática.

Neste balanço importa também sublinhar aspectos positivos relevantes. Em primeiro lugar, em certas áreas foram registados

avanços significativos, de que são exemplos a montagem do sistema de tratamento de esgotos de Pequim, o aumento significativo da área verde e de *sinks*, avanços ao nível da poupança de água ou a introdução de energias renováveis. Em segundo lugar, os Jogos Olímpicos tiveram o mérito de desencadear um processo experimental, ainda que restrito geograficamente, que não se esgotará com os Jogos e continuará, até porque a China se prepara para acolher em 2010 dois grandes eventos, a Exposição Mundial e os Jogos Asiáticos. O facto de não terem sido atingidos diversos objectivos serviu também para confrontar a China com as dificuldades e reforçar a consciência sobre a dimensão dos problemas e o enorme esforço que ainda tem de ser desenvolvido pelo Governo e pela sociedade chinesa para os solucionar de modo a viabilizar a implementação a nível nacional de uma estratégia de desenvolvimento sustentável. A questão dos efeitos do aumento descontrolado dos veículos automóveis e a necessidade de introdução de medidas de emergência de última hora é um caso paradigmático que levará certamente o governo a rever a sua presente política de promoção do automóvel. Nesta tarefa gigantesca, a China tem um manifesto interesse no reforço da cooperação internacional e, por seu turno, a comunidade internacional tem um interesse objectivo em contribuir activamente para que os objectivos sejam alcançados.

Em suma, os presentes Jogos Olímpicos serão não só os mais politizados mas também os de maior significado global de sempre – consagram simbolicamente duas décadas de ascensão e integração da China na comunidade internacional e reflectem o actual momento decisivo de mudança de paradigma de desenvolvimento de um actor global fundamental. Neste contexto, e apesar dos aspectos menos positivos, é importante que os Jogos Olímpicos decorram normalmente e sirvam para confrontar o mundo com a realidade da China, não com uma imagem idealizada, mas sim com os seus sucessos e insucessos. Eventuais problemas significativos poderão não só ter consequências políticas internas, com a eventual responsabilização do vice-presidente Xi Jinping, primeiro responsável

pelos Jogos, líder da 5ª geração e sucessor previsível de Hu Jintao, e uma consequente redução da sua margem de manobra política, mas também exacerbar posições nacionalistas e gerar pressões internas para uma China mais retraída e menos envolvida internacionalmente. Este seria certamente o pior cenário para a comunidade internacional, que tem um interesse objectivo na manutenção de uma China aberta, cooperante e comprometida internacionalmente, essenciais para garantir a prosperidade, segurança e estabilidade internacionais.



Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais
Largo de S. Sebastião, 8
1600-762 Lisboa
Telefone +351 21 030 67 00
Fax +351 21 759 39 83
Email ieei@ieei.pt

Para saber mais

Beijing Olympic Action Plan

<http://en.beijing2008.cn/59/80/column211718059.shtml>

China Quarterly Update – June 2008

http://siteresources.worldbank.org/CHINAEXTN/Resources/cqu_june08_en.pdf

World Economic Outlook 2008

<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2008/01/pdf/text.pdf>

IMF International Trade Statistics 2005

http://www.wto.org/english/res_e/statis_e/its2005_e/its05_toc_e.htm